DIÁRIO OFICIAL
Do Município de Jeriquara/SP

Pagina 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA

Assinado de forma Digital por: PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA
Dados: 2018.07.26
Horas: 06:21:39

= De acordo com a Lei Complementar n.º 085/2017 de 19 de Dezembro de 2017 =
(Referência – Projeto de Lei Complementar n.º 012/2017 de 28 de Novembro de 2017)
(Referente – Autografo de Lei n.º 058/2017 de 19 de Dezembro de 2017

Ano 01 | Jeriquara/SP, Quinta - Feira, 26 de Julho de 2018 | Número 076

NESTA EDIÇÃO:	Página

Expediente	01
Aditamento de Contratos – PM Jeriquara 2018	01
Noticia I – Remédios não podem ser jogados no lixo comum.	01
Noticia II – Porque Doenças do Passado, voltam a assustar o Brasil.	02

Aditamento de Contratos – PM Jeriquara 2018

Primeiro Aditamento de Contrato - Contrato n.º 016/2017

Contratante: O município de Jeriquara. **Contratada: CACILDO ALVES BORGES.** Objeto: Locação de Imóvel. Assinatura: 24/07/2018. Vigência: 25/07/2019.

Noticia I – Remédios não podem ser jogados no lixo comum.



Remédios não podem ser jogados no lixo comum

As embalagens e os medicamentos devem ser levados até pontos de coleta em farmácias, postos de saúde e alguns supermercados.

As embalagens vazias de remédio, como cartelas, potes e bisnagas, não devem ser jogadas no lixo comum, nem serem mandadas para a reciclagem. As sobras de remédios que venceram ou que apenas não serão mais usados também não podem ser descartados no lixo doméstico, na pia ou no vaso sanitário, porque as substâncias presentes neles representam um risco de contaminação para a água e o solo. O descarte correto não é trabalhoso. As embalagens e os medicamentos devem ser levados até pontos de coleta em farmácias, postos de saúde e alguns supermercados. Para encontrar o mais próximo da sua casa, consulte a plataforma de reciclagem e-cycle. Os resíduos coletados nesses pontos são incinerados, e as cinzas levadas para aterros especiais. Já as embalagens de remédios que não ficam em contato direto com o medicamento caixas de papelão e bulas podem (e devem) ir para a reciclagem comum. No caso de medicamentos injetáveis, como a insulina, o descarte é diferente. Seringas e agulhas usadas devem ser guardadas em um pote com paredes rígidas. Quando o recipiente estiver cheio, leve até uma unidade saúde para que ele seja encaminhado para incineração. Jogar seringas no lixo comum põe em

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO
DE JERIQUARA
Rua Jonas Alves Costa, 559
CEP 14450-000 /BAIRRO CENTRO
JERIQUARA/SP
www.jeriquara.sp.gov.br
prefeitura@jeriquara.sp.gov.br
Fone: (16) 3134-8700
CNPJ: 45.353.315/0001-50

PODER EXECUTIVO
Eder Luiz Carvalho Gonçalves – Prefeito
Carlos Eduardo Leone – Vice-prefeito
Joelma Costa Morais Gonçalves – FUNSOL
Carlos Eduardo Barbosa Teixeira – Jurídico
Denner Manoel dos Reis – Jurídico
Daniela do Carmo Melo Pinheiro – Engenharia
Elaine Pinheiro de Paula Mansano Garcia – Educação
Juliana Sarreta Lucindo – Saúde
Rosani Veiga de Oliveira – Social
Antonio Carlos Gomes – Almoxarifado

PODER LEGISLATIVO
José Arquias Ferreira Alves – Presidente
Marli Maria Dias – Vice-presidente
Luiz Paulo Gomes Ribeiro – 1º Secretario
Paulo Luiz Vieira – 2º Secretario
Alberico Nonato Coelho
Altair Elias da Silva
Cintia de Paula Costa
Ismael Donizete Vieira Borges
Roberto de Lima





DIÁRIO OFICIAL

Pagina 2

Do Município de Jeriquara/SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA

Assinado de forma Digital por: PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA
Dados: 2018.07.26
Horas: 06:21:39

= De acordo com a Lei Complementar n.º 085/2017 de 19 de Dezembro de 2017 =
(Referência – Projeto de Lei Complementar n.º 012/2017 de 28 de Novembro de 2017)
(Referente – Autografo de Lei n.º 058/2017 de 19 de Dezembro de 2017

Ano 01 | Jeriquara/SP, Quinta - Feira, 26 de Julho de 2018 | Número 076

Noticia II– Porque doenças do passado, voltam a assustar o Brasil.



Por que doenças do passado, como sarampo, voltam a assustar o Brasil?

Com vacinação abaixo da meta estipulada pelas autoridades, doenças tidas como controladas podem voltar.

De nove vacinas prioritárias do calendário infantil, nenhuma atingiu a meta de 95% de imunização no ano passado. A maior parte delas ficou, em média, na casa dos 70%. O dado explica um fenômeno que tem preocupado autoridades de saúde: a volta de doenças consideradas controladas. Febre amarela, sarampo, difteria, tétano, coqueluche e o risco da poliomielite mostram como o desleixo com a vacinação trouxe para o Brasil enfermidades do passado, sinônimo de atraso. No início do século 20, as doenças imunopreveníveis, como poliomielite e varíola, eram endêmicas no país. Elas causavam elevado número de casos e mortes. As ações de imunização e, especialmente, os 44 anos de existência do Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, foram responsáveis por mudar o perfil epidemiológico das doenças imunopreveníveis. Essa é considerada uma importante conquista da sociedade brasileira. O presidente do Departamento Científico de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Renato Kfouri, alerta que, em mínimos descuidos, as doenças retornam. “A lição é que o relaxamento das ações de imunização não é bom e tem seu preço. O controle e a eliminação das doenças se mantêm com a vacinação contínua. É um equívoco acreditar que as doenças não estão infectando porque deixaram de existir. Sem vacinação, os riscos de essas doenças do passado voltarem são constantes”, pondera. O Brasil já vive problemas causados pelo abandono das vacinas. O sarampo voltou a infectar dois anos depois de ser erradicado. A circulação do vírus na Venezuela, aliada à baixa imunização no Brasil, desencadeou surto no Norte do país, sobretudo no Amazonas e em Roraima. Ao todo, seis unidades da Federação registraram casos. Quase mil pessoas adoeceram este ano. Além disso, a mortalidade infantil teve a primeira alta em 26 anos. Desde 1990, isso não acontecia. O risco de contaminação subiu enquanto a parcela da população imunizada caiu. As vacinas que protegem contra o mal tiveram queda. A tríplice viral passou de 96% de cobertura da população em 2015, para 83,87% no ano passado. A tetraviral saiu de 77,37% para 70,6% no mesmo período. O mesmo aconteceu com a poliomielite. A cobertura caiu de 98,29% em 2015, para 84,43% em 2016. No ano passado, mais um decréscimo: 77%. Mas não para por aí. O Brasil registrou um crescimento no número de casos de hepatite A em 2017, com 2.086 confirmados, contra 1.206 em 2016, um aumento de 73%. Entre julho de 2017 e maio deste ano, o Ministério da Saúde confirmou 1.266 registros de febre amarela no país e 415 mortes. Houve ainda 1.548 casos de coqueluche, surtos de caxumba — a doença não é de notificação obrigatória, entre outros males. A presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações, Isabella Ballalai, explica os riscos de se boicotar as vacinas. “Não vacinar adolescente e adulto já é um risco. Deixar de proteger as crianças é ainda maior. O perigo é ter de volta doenças que estavam controladas, como o sarampo. O risco deixou de ser teórico e se tornou realidade. Essas doenças, quando não matam, deixam sequelas graves. A pólio deixou um sem-número de famílias que convivem com as sequelas da doença até hoje”, ressalta. O Ministério da Saúde alerta que a vacinação é de extrema importância para evitar doenças e suas sequelas (como surdez, cegueira, paralisia, problemas neurológicos, entre outros) e, consequentemente, a morte, proporcionando qualidade de vida para toda a população, além de evitar que doenças se propaguem. “No Brasil, ainda há um desconhecimento individual sobre a importância e os benefícios das vacinas. Em muitos casos, pais e responsáveis não vêm mais algumas doenças como um risco, como é o exemplo da poliomielite. Por isso, é necessário ressaltar a importância da imunização e desmistificar a ideia de que a vacinação traz malefícios”, destaca o órgão, em nota. Embora o Brasil esteja livre da paralisia infantil, por exemplo, é fundamental a continuidade da vacinação para evitar a reintrodução do vírus da poliomielite no país. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, três países ainda são considerados endêmicos (Paquistão, Nigéria e Afeganistão). Com relação ao sarampo, tem-se registro de casos em alguns países da Europa e das Américas, inclusive na Venezuela, que faz fronteira com o Brasil. Atualmente, há registro de casos em Roraima, Amazonas, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Retrocessos. Leonardo Weissmann, consultor da Sociedade Brasileira de Infectologia, defende que governo e sociedade civil se unam para combater o problema e evitar retrocessos. “Temos que ter um conjunto de ações para recuperar a crença na vacina. Tudo depende da informação correta. A primeira coisa a se falar é que as vacinas são eficazes e importantes na prevenção de doenças graves”, conclui. Pedro Luiz Tauil, especialista em medicina tropical e controle de doenças da Universidade de Brasília (UnB), avalia a necessidade de maior controle dos registros. “Temos que ver como os estados estão notificando a vacinação. Isso é importante para sabermos se houve uma redução ou se a notificação está ruim. Independentemente disso, a vacina é a principal medida custo-benefício na prevenção de saúde. Isso revolucionou o mundo. Eliminamos muitas doenças com as vacinas. A varíola não existe mais por conta da vacina”, explica. Eduardo Espíndola, especialista em doenças infectocontagiosas, defende que essas enfermidades são difíceis de combater, mas é possível fazer o controle. “Há muitos anos não vemos casos de pólio. O sarampo estava erradicado. Já nos casos de coqueluche, percebemos vacâncias na vacinação das mães e dos bebês. O mais importante é fazer o monitoramento para ver a frequência. Manter um diagrama de controle contínuo e não abrir mão das vacinas”, avalia.

